

DESIGN SCIENCE RESEARCH APLICADA À ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE REPERTÓRIOS SOCIOCULTURAIS EM REDAÇÃO: um relato de experiência sobre o 'Álbum de Figurinhas' de Ciências Humanas

DESIGN SCIENCE RESEARCH APPLIED TO THE DEVELOPMENT OF EDUCATIONAL MATERIAL FOR TEACHING SOCIOCULTURAL REPERTORIES IN WRITING: an experience report on the 'Sticker Album' on Human Sciences

CAVALCANTI, Tiago; Graduando; Universidade Federal de Sergipe

tiagomanolocavalcanti@gmail.com

Resumo

Este artigo relata a produção de um álbum de figurinhas como suporte de ensino de Redação para alunos do Ensino Médio, com foco para o Enem, de modo a aplicar soluções em Design na prática educacional. Para isso, descreve, a partir de relato de experiência, o percurso da idealização e produção do material do autor, a fim de apontar falhas, processos e êxitos na produção de artefatos na área da educação, a partir do paradigma epistemológico da Design Science Research. Dois resultados são importantes nessa análise: (1) A produção de material didático precisa descentralizar a experiência educacional do livro didático; (2) Há uma carência de experiências lúdicas nas escolas, ainda que seu público seja, maior parte, de jovens. Nesse ínterim, nota-se como o histórico do material didático é ambivalente, pois, ao passo que democratiza o acesso ao conhecimento, quando massificado também silencia individualidades.

Palavras Chave: Design Science Research, Material Didático, Repertório Sociocultural.

Abstract

This paper reports the production of a sticker album as a support for teaching Writing for High School students, with a focus on Enem, in order to apply Design solutions in educational practice. To this end, it describes, based on an experience report, the path of idealization and production of the author's material, in order to point out failures, processes and successes in the production of artifacts in the area of education, based on the epistemological paradigm of Design Science Research. Two results are important in this analysis: (1) The production of teaching material needs to decentralize the educational experience of the textbook; (2) There is a lack of playful experiences in schools, even though their audience is mostly young people. In the meantime, it is noted how the history of teaching material is ambivalent, because, while it democratizes access to knowledge, when massified it also silences individualities.

Keywords: Design Science Research; Educational Material; Sociocultural repertoire.

1 Introdução

A imprensa de Gutenberg é uma revolução histórica de inúmeras camadas. Ao possibilitar a produção de livros com mais agilidade, inúmeros impactos vieram para além da mudança da produção manual do copista para a tecnológica da prensa: mais pessoas puderam comprar livros com a diminuição do valor de produção, mais histórias puderam ser registradas com a possibilidade de mais lugares contarem com o maquinário, mais informação se pôde circular com a popularização do jornalismo e da panfletagem. No campo da educação, isso também significou uma revolução.

A primeira e mais evidente é a intensificação do processo de alfabetização. Com mais livros, mais interesse pela leitura e mais possibilidades de transformação de visão de mundo, uma vez que junto às páginas circulam nas letras entintadas ideias capazes de fazerem uma revolução – mesmo que ainda fosse um privilégio para aqueles com mais poder aquisitivo, já que o custo da produção diminuiu, mas isso não o tornou acessível e barato. A segunda, a qual este artigo se dedica, é a massificação de métodos de ensino a partir da criação do material didático.

A existência de gramáticas e dicionários é milenar. A ideia dos livros que registram as regras de um idioma é formalizar a estrutura da composição da língua, a qual, sem regras e ditames ao menos para guiar a escrita incorre no risco de gerar incomunicação, uma vez que, se cada um escreve a partir de sua métrica interna, o outro, com também uma própria métrica internalizada, pode não conseguir compreender e, assim, a comunicação se interpõe de ruídos. Dividindo o mesmo código regulatório linguístico, é possível massificar a compreensão e combater dissonâncias.

Invariavelmente, contudo, quando regras de documentação oficial do que é certo e do que é errado linguisticamente se estendem para além de seu escopo, desdobramentos diversos são resultantes, como ocorre no caso da esfera da educação. Para além dos muros da nobreza, ou da burguesia, dicionários e gramáticas assim se transformaram socialmente em marcador de dominação a partir de uma imposição idiomática que, em maior ou menor grau ao longo da história, se mostrava um silenciador de diversidade de falas; uma vez que, não raro, as regras da escrita são entendidas como regras da fala.

No Brasil, este fenômeno ganha contornos oficiais, com as transformações socioculturais trazidas pela Coroa Portuguesa. A Imprensa Régia, ideia que também aportou no país, foi o bastião da chegada da máquina revolucionária da imprensa, em 1808, veio acompanhada da chegada de Maria Leopoldina e Dom João VI. Schmit (2021), destaca que alguns anos depois dessa chegada

(...) Em 1818, 10 anos depois de ter sido criada para imprimir jornais, livros ou panfletos, a Imprensa Régia produziu a primeira obra para a escola básica: *Leitura para os meninos*, com “histórias morais, relativas aos defeitos ordinários às idades tenras, e um diálogo sobre a geografia, cronologia, história de Portugal e história natural”, do engenheiro militar e político José Saturnino da Costa Pereira (1771-1852). Nessa época já circulava no Brasil e em Portugal uma tradução de *Tesouro dos meninos*, “com ensinamentos de moral e boas maneiras”, impresso no final do século XVIII em Lisboa, escrito pelo padre francês Pierre Louis Blanchard (1758-1829) e traduzido pelo português Mateus José da Rocha (?-1828).

Ora pelo discurso que carregavam, ora pelo valor social que seus autores carregavam, em geral padres ou homens de reconhecida fé, o livro didático no Brasil seguiu o perfil moralizador comum aos livros-compêndio e suas histórias e orientações morais: conduzia jovens do presente a seguir os valores dos seus autores, muitos deles, do passado. Assim, tal qual gramáticas e dicionários faziam com a formalização da língua, o livro didático de outros enfoques seguiu similar ambivalência: documentava a cultura e enrijecia a mudança social, silenciando arroubos de

diversidade – um artefato valioso, aliás, já que garantia comportamentos sociais interessantes à Corte Portuguesa: o controle institucional e a servidão a seus valores.

Maior parte dos livros didáticos criados no Brasil foram, neste primeiro momento régio, voltados à educação do Ensino Superior, ficando o ensino secundário e primário com aulas com didáticas estabelecidas pelos professores e regentes das turmas, por improviso ou experiência, o que popularmente se chama no meio docente de professores de “quadro-e-giz”, perfil que começará a ser modificado com a ascensão da rede privada de ensino. Da Monarquia à República, tal ascensão das escolas particulares ocorreu, e, junto, a produção de novos livros se intensificou.

O primeiro livro de Redação, enfoque deste estudo, resulta do final do período monárquico já perto da Proclamação da República, quando o ensino privado já tinha ascendido no país. Entende-se aqui como pioneira, a partir do estudo de Fernandes (2001, p. 47 e 60), a obra escrita em 1885, por Felisberto Rodrigues de Pereira de Carvalho, o “Exercícios de Estylo”:

Feito a partir de uma série de textos selecionados que o aluno deveria reescrever, o livro sugere-nos que a concepção do autor sobre um método de desenvolvimento da capacidade de redação do aluno permearia, necessariamente, a prática, ou seja o treino. Avesso a grandes definições, reflexões ou classificações, o único caminho que o autor segue para fazer com que o aluno desenvolva seu domínio sobre a expressão escrita é a refacção de textos.

[...] Observando os temas dos textos [dispostos no livro para reescrita], é facilmente perceptível uma divisão em três tipos de assunto, de áreas muito diferentes umas das outras: moral-religiosa, científico-prática da realidade educacional e familiar de um adolescente do sexo masculino, de aproximadamente doze anos de idade.

A partir da análise da autora, pode-se entender que o primeiro livro de Redação do Brasil tinha como base a replicação de ideias e valores, e não a escuta do aluno e a busca por sua identidade. A ideia de uma escola que “ouve a todos” e não só que fala, defendida por Anísio Teixeira décadas mais tarde, junto ao movimento da Escola Nova, em 1932, portanto, estava longe da construção desse período histórico. A questão que fica, no entanto, e que motiva esse artigo é: analisando o presente, pode-se dizer que essa percepção de texto que motiva o aluno ao crescimento intelectual e identidade pessoal, e não o delimita, está presente de fato hoje?

Na história da produção de livros, sobretudo em seu princípio, com livros cujas funções eram de registro de ideias e pensamentos filosóficos ou narrativos, entende-se que não cabia a quem ler interferir no que estava escrito ou mesmo se colocar no livro. Mas, na atualidade, por que os livros didáticos ainda tão comumente se mostram rígidos como livros de consulta e não de transformação pessoal, se sua função é outra?

Hoje, a máquina editorial do Brasil é a regra tanto em escolas particulares quanto em escolas públicas, no ponto de quase metade da produção editorial brasileira estar relacionada com a produção de livros didáticos. Seria ela então a determinadora desse perfil?

(...) em 2020, segundo o Sindicato Nacional dos Editores de Livros, dos 314.141.024 livros impressos no país, 52,94% eram didáticos. Os livros são produzidos por editoras privadas de acordo com critérios estabelecidos em editais do MEC. Depois de avaliadas por especialistas, as obras aprovadas formam um catálogo no qual os professores selecionam as que desejam usar, (...) de acordo com dados do portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o hoje chamado de Programa Nacional do Livro e do Material Didático comprou 172.571.931 exemplares por cerca de R\$ 1,4 bilhão. O material foi distribuído para mais de 32 milhões de estudantes em 123.342 escolas públicas de

educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. (SCHNEIDER, 2024)

Neste processo, com pais e mães comprando livros, que não são baratos, para a aprendizagem do seu filho na rede particular e o Estado custeando milhares de obras na rede pública, não é de se estranhar que professores se vejam, muitas vezes, obrigados a usar o livro didático a fim de não desmerecer o investimento – o que, sobremaneira, significa replicar ideias e sequências pensadas por outros autores sobre um meta-aluno cujos contornos genéricos podem distar do aluno real com qual o docente lida no dia a dia.

No ensino de Redação, isso ainda ganha outros contornos, no Ensino Médio, por ser uma etapa do ensino extremamente conectada com o Exame Nacional do Ensino Médio, o qual requer na sua prova a escrita de um texto dissertativo-argumentativo que discuta um dilema social. Se os livros já são adotados e adquiridos no início do ano, como materiais de redação, para além do ensino de suas estruturas de gênero, podem antecipar os dilemas sociais que ganharão mais holofote no ano? Não estaria o material didático, neste caso, sendo descolado da realidade do aluno? Então, ao que serve?

Desde 2009, ao iniciar seu processo de federalização unificado do ingresso das universidades do país, o Enem requer dentre os critérios avaliados para a nota da Redação, que o aluno apresente “repertório sociocultural”, definido como:

informações, citações ou fatos e/ou referências a Áreas do Conhecimento, tais como: fatos ou períodos históricos reconhecidos; referência a nomes de autores, filósofos, poetas, livros, obras, peças, filmes, esculturas, músicas etc; referência a Áreas do Conhecimento e/ou seus profissionais, como Sociologia/sociólogos, Filosofia/filósofos, Literatura/escritores/poetas/ autores, Educação/educadores, Medicina/médicos, Linguística/linguistas; etc.; referência a estudos e/ou pesquisas; referência a personalidades, celebridades, figuras, personagens etc., desde que conhecidos; referência aos meios de comunicação conhecidos, como redes sociais, mídia, jornais (O Globo, Revista Veja, Rede Globo, Folha de S. Paulo etc.). (INEP. 2019, p. 11)

Dáí surge mais um questionamento, como pode um material amplificar o conhecimento de mundo do aluno sem lidar diretamente com ele? O que esses alunos já sabem? O que lhes interessa saber? Uma vez que não se sabe qual o tema será cobrado no dia da realização da prova: educação, cultura, segurança pública, meio ambiente, tecnologia, saúde, cidadania são eixos completamente distintos um do outro e que, em cada um deles, a multiplicidade de discussão é gigantesca – discutir evasão escolar pouco se conecta a acesso a creches, por exemplo, dentro do campo da discussão da educação. Reforça-se a questão: qual a eficácia do uso de materiais nacionalizadores, se a realidade do acesso à educação e o contato cultural do jovem é diverso? Restringir-se a um material didático pré-pronto em sala, comprado pelo Estado ou pelos pais dos alunos, não é artificializar o perfil do aluno? Como o Design pode auxiliar para que essas questões sejam melhor equalizadas e colaborar para que um processo educacional mais humanizado seja possível?

Slides, apostilas, jogos, *quizes*, mapas mentais, sessões de cinema, leitura de matérias de jornal e inúmeros outros recursos ao serem, então, buscados por professores para contribuir com a pluralização da visão de mundo dos alunos têm sido soluções; muitas vezes feitas de improviso – tendo em vista que poucas são as formações universitárias em Licenciatura que olham para a produção de materiais didáticos a partir de um olhar científico – como o da Design Science Research. Nesta lógica, este artigo mapeia uma dessas ideias: um álbum de figurinhas que, ao mesmo tempo, funciona como um guia de estudo de temas, aplicado na cidade de Aracaju.

O objetivo deste estudo foi verificar o processo criativo, a execução e o retorno dos alunos acerca do projeto, para, assim, analisar como professores podem construir ideias em meio a uma vida já atribulada de funções e o êxito delas.

2 Procedimentos metodológicos

O Design Science Research (DSR) é o paradigma epistemológico que melhor pode coadunar as inquietações aqui descritas na construção de uma pesquisa mais ativa e atuante, que incorpore a seu *ethós* a aplicação de material e a análise dessa aplicação, sobretudo porque nas salas de aula, Brasil afora, todos os dias, a ciência do artificial se multiplica a partir da produção de apostilados, slides, exercícios, verificações de aprendizagem, dinâmicas, seminários, debates, enfim, da criação de artefatos capazes de tornar o ensino-aprendizagem mais exitoso e possível. Simon (1981, p. 24 *apud* Pimentel *et al.*, 2020, p. 38) permite entender melhor o que entende como artefato ao os definir:

Artefato, do latim arte + factus, significa feito com arte, com técnica. Pode ser definido como um artifício, algo construído artificialmente, de maneira intencional, tem uma utilidade específica, é o resultado de um projeto, é um produto “adaptado aos objetivos e propósitos do homem” (Simon, 1981, p.24). Um artefato é projetado para uma finalidade, como o giz, o quadro-negro, a mochila, o prédio da escola. Artefatos não se restringem a objetos físicos, podem também ser artifícios intelectuais intangíveis, como uma atividade educacional.

Assim, ao buscar a construção de artefatos para o estudo aqui levantado, busca-se criar soluções que possam ser replicáveis em outros contextos, inclusive, os que estão além do microcosmo sergipano, tendo em vista que o problema do perfil limitador do livro didático e da formação acadêmica sem instrução de como elaborá-lo não é exclusividade deste estado.

É importante ressaltar que reconhecer o espaço escolar e acadêmico como um produtor permanente e ininterrupto de artefatos não torna, evidentemente, toda apostila rodada e aula explanada em retroprojektor ou equivalente, um projeto de Design. O que se pretende, ao se reivindicar a escola como um terreno superfértil de DSR, é destacar o quão fortuito tem sido o campo da educação para experiências em Design, ressaltando que esse acaso, boa vontade ou imprevisto poderiam ser muito melhor aproveitados a partir da aplicação das ferramentas da ciência do artificial em projetos na educação.

O DSR é coerente demais com o que se deseja alcançar na área da educação para que dela ainda não seja sinônimo. Nesse sentido, este estudo buscou, de forma abduativa, pensar como as coisas poderiam ser a partir do que já encontra como posto, “o que já é”; este jogo dinâmico de como deveria ser e como está sendo, para tensionar essas dicotomias a fim de encontrar a práxis, e como registra a máxima de Paulo Freire “diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz”:

“[...] se os homens são seres do que fazer é exatamente porque seu fazer é ação e reflexão. É práxis. É transformação do mundo. E, na razão mesma em que o que fazer é práxis, todo fazer do que fazer tem de ter uma teoria que necessariamente o ilumine. O que fazer é teoria e prática. É reflexão e ação. Não pode reduzir-se, como salientamos no capítulo anterior, ao tratarmos a palavra, nem ao verbalismo [teoria sem prática], nem ao ativismo [prática sem teoria].” (FREIRE, 1994, p-77)

Uma solução apenas, como a descrita *a posteriori*, não soluciona todas as variáveis dessa

dinâmica complexa da educação, mas é, certamente, um convite e um registro para que outros percursos sejam buscados e o Design esteja cada vez mais presentes nos projetos pedagógicos da educação para repensar os materiais adotados, criar projetos mais bem adaptados ao grupo dos alunos e, enfim, contribuir com a transformação social a partir da educação dos jovens, como sonhara tantos pedagogos que fizeram a história deste país.

Assim, a aplicação do método DSR deu-se a partir da adaptação das etapas propostas por Lacerda *et al.* (2013), a saber: (1) Identificação do problema; (2) Definição dos resultados esperados; (3) Projeto e desenvolvimento; (4) Avaliação; e (5) Comunicação. O quadro 1 apresenta os procedimentos metodológicos utilizados em cada uma das etapas.

Quadro 1 - Etapas do DSR e procedimentos metodológicos adotados neste estudo.

Etapa	Objetivo e procedimentos metodológicos
(1) Identificação do problema	Nesta etapa, refletiu-se sobre o contexto do ensino de Redação, tanto em Sergipe quanto nacionalmente, adotando, para isso, o método da observação participante, no qual o autor, ao mesmo tempo em que vivenciava a experiência de ser professor também observava questões que precisavam ser solucionadas.
(2) Definição dos resultados esperados	A partir da reflexão que culminou na identificação do problema a ser solucionado, realizou-se análises de similares e imaginou-se, por meio da geração de ideias, como poderia ser o material didático a ser desenvolvido, de maneira que fosse atraente e que, acima de tudo, respeitasse os conhecimentos que os alunos já possuem. Assim chegou-se à ideia de elaborar um 'Álbum de Figurinhas'.
(3) Projeto e desenvolvimento	A primeira versão do 'Álbum de Figurinhas' foi elaborada em 2022, editor de texto padrão, em preto e branco, sendo as figurinhas diagramadas tal qual as figurinhas do álbum da Copa do Mundo de 2022 e impressas, em colorido, em papel adesivo. Já a segunda versão, elaborada em 2023, seguiu o mesmo processo de produção, no entanto, a referência foi o festival musical Lollapalooza.
(4) Avaliação	A verificação tanto à aceitação quanto à eficácia do 'Álbum de Figurinhas', em 2022, não precisou ser planejada: as evidências chegaram por meio de depoimentos diretamente dos alunos, pais e coordenação da escola. Além disso, há o registro da troca de mensagens dos estudantes no grupo de Whatsapp da turma, de alunos procurando colegas para trocar as figurinhas repetidas. Já em 2023, antes mesmo de chegar o período de revisão dos conteúdos de Redação, os estudantes já traziam o álbum do ano anterior, que haviam conseguido com os colegas.
(5) Comunicação	Socialização dos resultados do estudo por meio deste artigo.

Fonte: do autor (2024), adaptado Lacerda *et al.* (2013).

Uma vez que a produção desse artigo se configura como a segunda experiência acadêmica do autor, e, em uma ocasião mais que especial, acerca de algo que envolve sua primeira graduação em licenciatura em Letras, o relato de experiência não poderia deixar de compor a feição do

trabalho. No campo da educação, os registros de experiência são muito comuns, sobretudo, porque na área da licenciatura a formação acadêmica mescla o fazer e o saber. Em campos de ciência mais tradicionais, no entanto, a ideia de uma ciência que não pode ser contaminada pela vivência, como se esta e aquela fossem água e óleo, continua muito comum. Aqui, este não será o caso, tendo em vista a percepção epistemológica em que se baseia o DSR, o qual permite ao autor que reconheça em sua prática também artefatos potenciais.

O Relato de experiência é um tipo de produção de conhecimento, cujo texto trata de uma vivência acadêmica e/ou profissional em um dos pilares da formação universitária (ensino, pesquisa e extensão), cuja característica principal é a descrição da intervenção. Na construção do estudo é relevante conter embasamento científico e reflexão crítica. (Mussi *et al.*, 2021)

Neste relato de experiência, em que este artigo permite ser registrado em primeira pessoa, minha experiência como autor do "Álbum de Figurinhas" que será aqui descrito já se faz após estar no curso de Design há dois anos, o que, sem dúvida, transformou completamente a maneira como elaboro materiais para sala de aula e meus objetivos com ele. No tópico posterior, está registrado este relato.

3 Relato de Experiência

Na rede particular, o Enem é para muitos discentes a mesma experiência traumática que o vestibular fora para as gerações anteriores, a de seus pais e avós. Nacionalizou-se o exame, mudou-se seu nome, adicionou-se TRI, competência, habilidade, mas a sensação de estar em um Dia D permaneceu incólume ao longo dessa história, como se fosse um julgamento que verifica se o aluno honrou os boletos pagos por seus pais. Muitos lidam com o Exame como um sentenciamento moral.

Entrar na universidade federal, em nosso país, como se sabe, é um distintivo social. Com uma população apenas de 23% com Ensino Superior, conforme dados do IBGE, o valor do diploma segue tendo impacto como validador e ratificador de prestígio intelectual – e dentro dessa percepção ainda se constroem níveis distintos para hierarquizar esse prestígio da diplomação. Por isso, ainda que inúmeras faculdades particulares tenham notas e conceitos nas avaliações do MEC que, formalmente, estejam em paridade com as notas das faculdades públicas, estas ainda detêm de maior capital social que aquelas. E mais: mesmo as privadas que estão com nota melhor do que as federais, se comparados cursos de mesma oferta, não gozam, simplesmente pelo valor absoluto deste resultado ou ranking, do reconhecimento simbólico que o ingresso na universidade pública tem na boca do povo. O clássico caso de distinção entre o que as coisas são de fato e como estas são percebidas pelos grupos sociais.

Em Sergipe, tudo isso é amplificado, tendo em vista a Universidade Federal ser o único serviço de ensino superior público ofertado no estado – e há um anseio das famílias de quem estudou em rede privada que o investimento financeiro na educação básica resulte no alívio econômico do ensino superior gratuito.

Assim, com todos esses atravessamentos dos pais, dos professores, dos alunos e da sociedade, a preparação escolar na rede particular é permeada de estratégias para atender essa demanda de "tem que dar certo". Não à toa, objetividade, massificação, treino, fórmulas, macetes são práticas comuns em cursinhos preparatórios e escolas para contribuir nessa corrida pelo ingresso universitário. O que notei, quando comecei essa jornada desses estudantes aflitos e afoitos, foi esse arriscado comportamento já naturalizado a partir do qual, para tentar acalmar os

ânimos de jovens e familiares, se optava por uma educação pré-fabricada que transformava o ato autoral de escrever em um modelo pré-estabelecido pelo professor que deveria ser seguido por eles – em menor ou maior grau.

E eu, recém-chegado nesse *establishment*, como poderia estar fora dele e ainda assim atender às suas expectativas? Pensava muito acerca disso, sobretudo, porque a construção de uma leitura e produção textual crítica requerem abdicar do cômodo, e abdicar do cômodo, neste caso, era se aventurar; arriscar onde o acerto era a lei. Essa obsessão pelo êxito e repulsa pela construção de outros caminhos – e as falhas que lhes são naturais – tinha sido exatamente o que me afastara do 3º Ano do Ensino Médio desde o início da minha carreira, em 2009, quando comecei minha trajetória como professor. Nas etapas anteriores de ensino, experimentações e ousadias são bem-vindas e, inclusive, estimuladas pela equipe de coordenação, além de bem recebidas pelos alunos. Mas no 3º Ano? Jamais! Não há tempo para aventuras ou para a experimentação ali; não no ano que o sucesso é meta, norte e foco, como explicitado.

Neste momento, capaz de revisitar essa memória, consigo analisá-la como uma situação-problema que, em um feitiço do tempo, foi capaz de unir minhas duas formações, Letras e Design: eu não podia ignorar os anseios dos alunos, tal qual não posso ignorar os anseios de clientes, mas, tampouco posso oferecer apenas o que é pedido, como se não fosse eu também sujeito ativo e estratégico na busca pela solução dos conflitos que se apresentam.

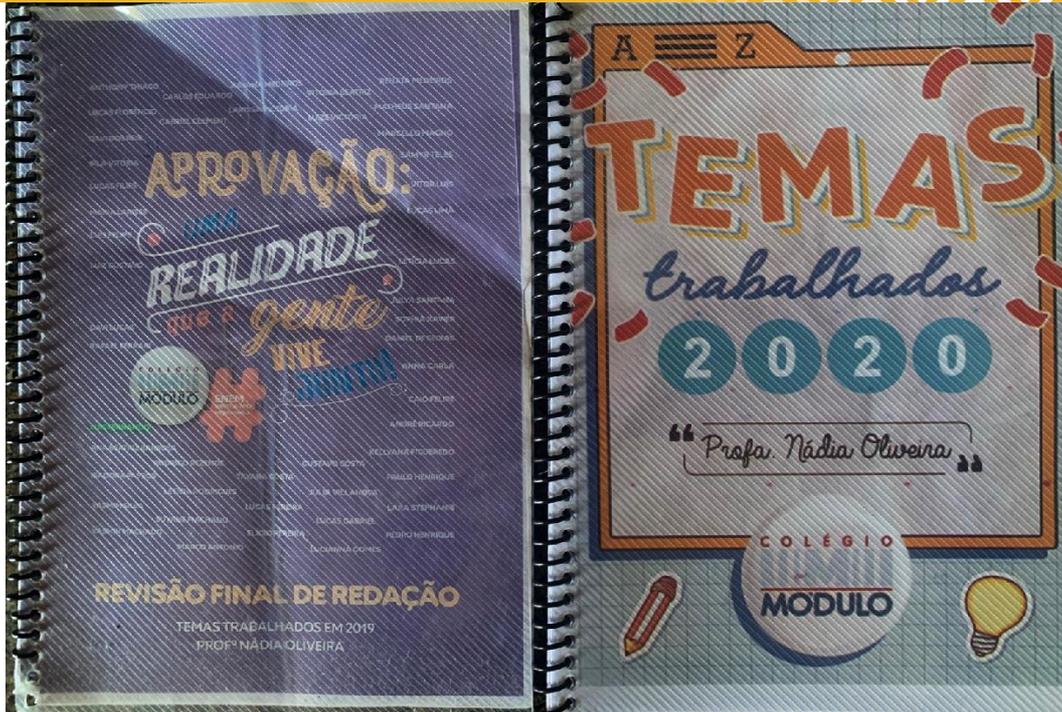
Vários materiais didáticos, que poderiam ter sido artefatos caso eu já entendesse o mínimo de DSR ou de metodologia de projeto, usados como, o que hoje enxergo, solução para o ensino de Redação centrado no estudante, surgiram nessa minha trajetória: caderno de estudos, *blogs*, ficha catalográfica, mapas mentais, enfim, vasta foi minha produção sem saber o valor do que produzia. Esses recursos e materiais, entretanto, não serão foco aqui, uma vez que foi a partir do ano de 2019 que, ao ingressar no curso de Design, passei a enxergar essa criação a partir de uma perspectiva de projeto, já contagiado pelas ideias das leituras de Design Participativo e Design Thinking que a universidade me promovia.

3.1 Álbum de Redação, primeira versão

Em 2022, comecei um trabalho numa instituição que costumava entregar aos alunos um “Livrinho de Redação”, no período da revisão que o antecedia. Esse livro compilava temas que foram relevantes naquele ano, com sugestões do que usar de repertório e argumento. Com 86 páginas, e recapitulação de 70 temas, a ideia era ótima, mas, para mim, tinha falhas.

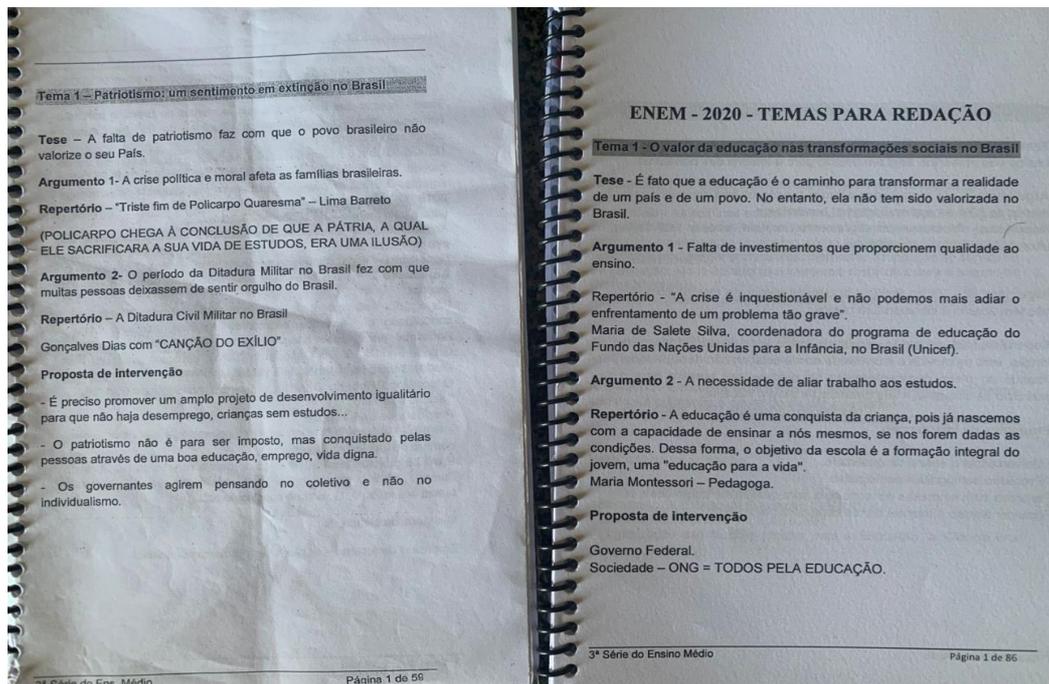
Já na primeira página, sem apresentação, o livro começava a fichar o Tema 01 e assim seguia para as demais páginas, um tema atrás do outro numa verbosidade de conhecimento que muito dizia e pouco convidava para pensar. Não havia nenhuma apresentação para explicar o que era aquele livro ou de quem era: virava-se a página e, pronto, conteúdo do primeiro tema. Citações de artistas pouco acessíveis para a juventude, ou frases-síntese de pensamentos colocadas sem contexto, tornavam o livro pouco coerente para o público jovem a que se destinava, a meu ver. Isso sem mencionar a diagramação que, feita no Word, não tinha muita preocupação de hierarquizar informações com fontes diferentes ou mesmo de distanciar as informações de um assunto em relação a outro para não causar confusão de leitura. A imagem 1 mostra as capas destes “Livrinhos de Redação” dos anos 2019 e 2020, e a imagem 2, as páginas internas.

Imagem 1 – Livro de Revisão de Redação: Capa (2019 e 2020).



Fonte: Arquivo do autor (2024).

Imagem 2 - Livro de Revisão de Redação: Página 01 (2019 e 2020).



Fonte: Arquivo do autor (2024).

Designado à tarefa de manter a tradição do "livrinho" da escola como novo professor do 3º Ano do Ensino Médio, comecei a pensar como torná-lo mais adequado ao público. Havia em mim, já nesta ocasião, uma cobrança interna de fazer o processo à luz do que já estudava sobre Design. Meu primeiro movimento foi anotar os pontos que eu achava pouco funcionais no livro e, em um *brainstorming*, anotei tudo que queria que ele tivesse para, então verificar o que seria possível de fazer: (i) O livro precisava ser mais interativo, de alguma forma estimular ser rabiscado; (ii) As

referências socioculturais tinham que levar em conta tanto o que o aluno estudava na escola (Sociologia, Filosofia, História) quanto o que ele tinha contato na experiência fora dela (séries, filmes, romances); (iii) Os textos dos alunos tinham que estar contido no livro; (iv) O livro tinha que ser autossuficiente, então era preciso explicar alguns pontos valiosos de Redação; (v) Tinha que encontrar alguma maneira de torná-lo colorido. Feito isso, comecei a procurar referências de livros de Redação e como eram produzidos e sempre me via diante do mesmo livro didático informativo e pouco argumentativo, pouco provocativo, pouco libertador.

Enquanto idealizava como deveria ser o “livro que já era”, observava a movimentação que acontecia na escola (e fora dela) acerca do Álbum de Figurinhas da Copa do Mundo, fenômeno naquele ano. Nessa situação, em um *insight*, re-imaginei o livro como um álbum.

A comunidade escolar trocava figurinhas da Copa no intervalo das aulas ou na porta na hora de sair ou chegar, e eu notava que crianças e adultos decoravam o nome de todos os jogadores, mesmo os de idiomas mais distantes do nosso domínio fonético. Seguindo essa lógica, pensei: se eles recebessem também figurinhas avulsas de sociólogos, e trocassem entre si, poderiam nominá-los para completar o álbum; e aprenderiam seus nomes. Saíam os jogadores da Copa, entravam os autores das Ciências Humanas (ver imagem 3). Mas, evidentemente, o nome de alguém não é o suficiente sem seu pensamento.

A Copa tinha, ao menos, as partidas para que os colecionadores acompanhassem e reforçassem em campo o que viram no álbum, e vice-versa. Então, pensei: é preciso colocar o nome dos principais conceitos desses autores e, para que eles os memorizem, não numeraria as figurinhas. Assim, se precisasse trocá-las teriam que dizer “Você tem o conceito tal de Fulano de tal?” e não meramente o número – o que também me ajudava na minha limitação de produção do material (pois não sabia como imprimir adesivo frente e verso).

Imagem 3 - Comparativo entre Figurinha da Copa e Figurinha de Redação.



Fonte: Imagem da Panini (à esquerda) e acervo pessoal (à direita)

Nas 32 figurinhas disponibilizadas aos alunos que produzi, coloquei o nome do autor e o conceito a que aquela figurinha se referia. Dentro do álbum não indiquei, nos espaços reservados às figurinhas, quem deveria ser colado ali. Para o aluno colar corretamente, era necessário ler o livro – isto é, estudá-lo. Em outras palavras, saber onde colar dependia de manusear o livro, porque a

figurinha trazia só o nome do conceito, enquanto a definição dele estava em alguma das páginas, e só lendo seria possível unir um ao outro. O que parecia um problema de facilitação da vida prática do usuário – uma figurinha que não se sabe onde colar – era, então, instrumento pedagógico.

Os autores foram escolhidos a partir dos que foram trabalhados em sala de aula por mim no decorrer de 2022, ou os que foram abordados na aula de Filosofia e Sociologia – a partir de uma consulta com os professores dessas disciplinas. O foco era lembrar o que eles já sabiam, e não ensinar nada novo, uma vez que se estava em período de revisão. Algumas das figurinhas podem ser vistas na imagem 4.

Imagem 4 – Figurinhas organizadas para impressão em papel adesivo.



Fonte: Arquivo do autor (2024).

Todo o processo de confecção do livro foi realizado por mim. A equipe de digitação da escola não podia parar os afazeres para uma tarefa extra, então apenas me ensinou como fazer impressão de livro em folha A4 no Word, e eu segui a ideia. O mesmo se repetiu em relação à equipe de marketing que só pôde me ajudar com a capa do álbum, mas a montagem e o recorte das figurinhas ficaram designados a mim e às minhas limitações de domínio de *software*.

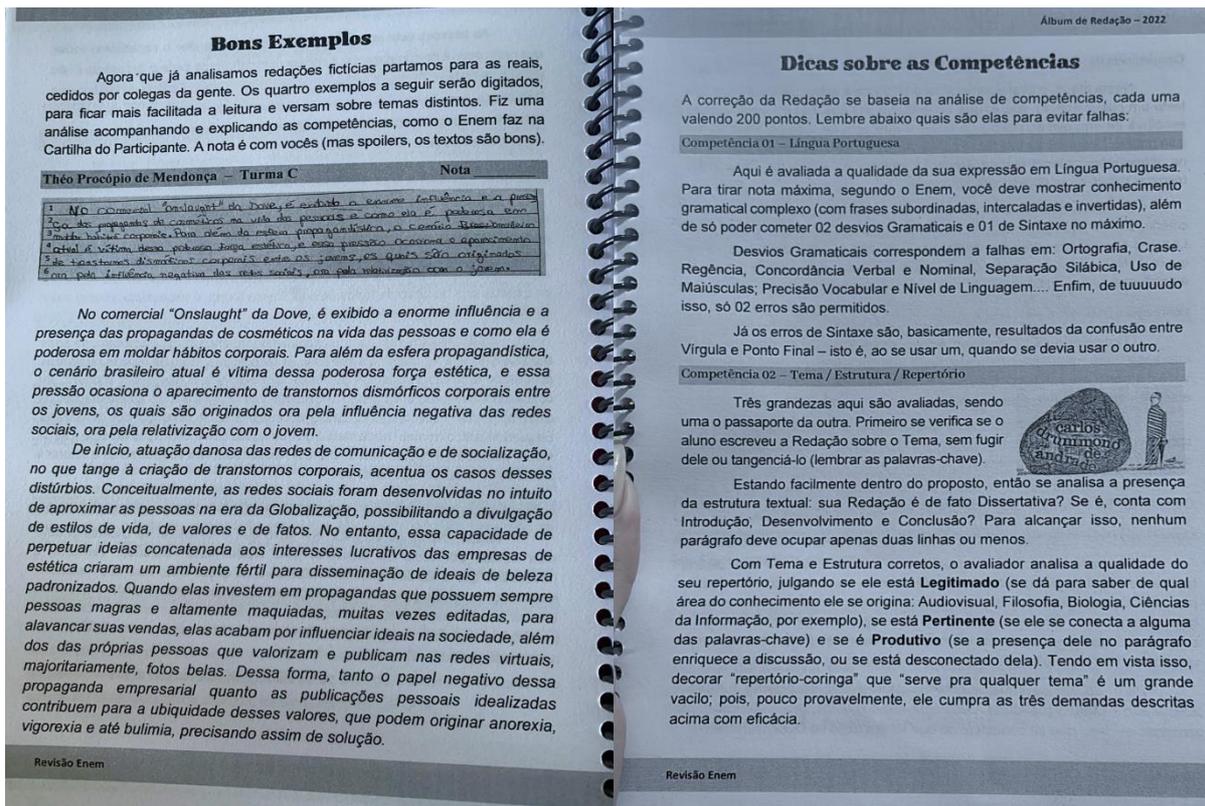
No fim, apesar dos sacrifícios do meu tempo livre para fazer tudo acontecer, o retorno dos alunos foi muito positivo. Eu tinha muito medo de que o projeto não funcionasse porque pensava que os alunos o achariam bobo. O distanciamento do Ensino Médio com experiências lúdicas é tão significativo, que não conseguia me tranquilizar de que funcionaria. Porém, a ideia, ainda bem, foi

tão eficaz, que nos grupos de whatsapp da turma, eles combinavam entre si para trocar figurinha repetida, e completar o álbum. Como mostra relato a seguir:

Para mim, é o MELHOR material, um álbum de redação, com figurinhas de pensadores, dicas sobre as competências do Enem, exemplos de texto, modelos para a gente julgar, modelos para o exercício de identificação de elementos do texto, enfim, perfeito (e ainda estimulava a troca de figurinhas entre os colegas). (Aluna Maria Eduarda, em relato registrado via Whatsapp, 2024)

Para além da parte lúdica das figurinhas, o álbum não contava apenas com temas. Em suas 96 páginas, além dos 52 temas, havia, como descrito, atividades de interação, exercícios e análise de redação dos alunos da escola, colocadas como exemplo de bons textos. Assim, ao passo que valorizava as produções de melhor qualidade no ano, eu também contribuía para que revisassem as regras do Enem, já que, com os textos dos colegas nos livros, era mais provável que os amigos da sala quisessem ler (e assim estudavam). Aproveitei e, para cada texto, fiz uma análise minuciosa indicando os acertos, tal qual o Inep faz quando disponibiliza a Cartilha do Participante (ver imagem 5).

Imagem 5– Visão interna do Álbum de Redação com texto dos alunos e análise de competências.



Fonte: Arquivo do autor (2024).

O material também contava com uma lista de filmes de animação e de terror, sugeridas pelos alunos, com os respectivos temas que são abordados direta ou indiretamente em suas narrativas, a fim de tornar mais acessível a ponte entre os repertórios e a realidade do aluno. Na ocasião, também foi pedido para se listarem músicas, doramas, quadrinhos e jogos de videogame que eles gostavam, mas, por não ter tempo hábil para conferir todos (e não apenas colocá-los sem checagem), foi

impossível incluí-los na versão final.

Os elogios vieram de muitos lugares, depois disso. Desde a coordenação até os pais ligando para a escola. Eu sabia que ainda era preciso melhorar, ouvir mais o aluno e torná-lo mais ativo no material. Mas, um passo por vez.

3.2 Álbum de Redação, segunda versão

No ano seguinte, quando a nova turma do 3º Ano chegou, tive uma surpresa por ver alguns alunos com o álbum de figurinhas de 2022. Desde o início do ano, já havia neles a expectativa de que ocorresse o álbum naquele ano novamente.

Para mim, não fazia sentido fazer o álbum, porque ele havia sido pensado em um momento muito específico da Copa do Mundo. Queria aplicar uma outra ideia ou um outro projeto, mas os alunos começaram a insistir. Então resolvi atender aos pedidos deles, já que eram frequentes e demonstraram eficácia do material do ano anterior, ao mesmo tempo, resolvi finalizar algumas ideias do ano anterior não levadas ao produto final, mas refazendo a consulta a eles sobre o que liam, ouviam e consumiam (mesmo com a diferença de apenas um ano para o outro, o perfil de adolescentes é sempre plural e surpreendente e precisa ser reavaliado). A partir daí, fiz uma lista do que conseguiria adaptar com o tempo extra que tinha para me dedicar a essa tarefa que, infelizmente, é feita só de paixão pelo ensino e não de hora extra remunerada. Surgiu então a ideia de tornar o material minimamente digital, daí a ideia do uso de QR Code. Uma das premissas desse material é torná-lo mais físico que virtual, justamente pela percepção que noto como professor de quanto os alunos estão longe da manualidade devido à hipermediatização das telas.

O álbum de 2023 tinha como base as *lineups* de festivais musicais como o Lollapalooza, no qual a capa se baseia, e contava dentro com sugestões de músicas que eles recomendavam para se colocar no texto. Na ocasião, também tinha sido pedido para que eles listassem música para relaxar, mas não consegui fazer a checagem de todas elas, e, na versão final, apenas as músicas temáticas foram para o álbum. Quando se trabalha em instituições particulares com adolescentes, é preciso checar todas as sugestões dos alunos, porque, infelizmente, qualquer desvio de palavra vista como inadequada por pais mais fervorosos ou conservadores, chega à coordenação da escola como se fosse uma conivência do professor com corrompimento de moral.

Dito isso, se eu não ouvisse cada uma das músicas para estar certificado de que eram *Family friendly* o projeto corria risco de qualidade na leitura social, e é preciso destacar isso para que quem produza artefatos didáticos tenha em mente o perfil de sociedade que temos, e de instituições a que atendemos para que excelentes ideias não sejam reduzidas a pequenos deslizes. Na imagem 6, estão a capa do projeto em comparação a identidade visual do Lollapalooza 2024.

Imagem 6 – Identidade visual do Lollapalooza e capa do Livro de Redação de 2024.



Fonte: lollapaloozabr.com, à esquerda, e arquivo do autor, à direita (2024).

No álbum do ano de 2023, consegui estender as citações do que os alunos consomem ou conhecem, e fazer páginas voltadas para filmes de terror, animações e novelas. Ainda foram poucos, mas, pela mesma razão da importância de verificar músicas, só é prudente colocar em material aquilo que se verifica, e não pude assistir a tantos filmes (ver imagem 7).

É importante mencionar como projetos assim, em escolas que estão longe de ser escritórios de Design ou publicidade, há uma limitação sobre os *softwares* a serem usados, e isso causa uma restrição estética do quão é possível pensar o livro para além de um gride em colunas, por exemplo. Tendo em vista que o processo de impressão e encadernação é feito em computadores comuns, muitas vezes com configurações básicas, programas de ilustração digital não conseguem ser instalados para lidar com micro-correções que possam acontecer no processo de montagem. Com isso, é preciso também pensar na limitação de aparelho do local, e entender que determinados *softwares* de editoração gráfica são sonhos.

Imagem 7 – Recomendação de filmes de animação, filmes de terror e telenovelas junto às temáticas que abordam.



Fonte: Arquivo do autor (2024).

Nesse ano, alguns alunos de outras escolas me pediram para que conseguisse uma cópia do material para eles, e foi muito interessante ouvir eles pedindo para que eu vendesse ou distribuísse para outras escolas, porque me põe em uma tentadora e atraente situação que, se aceita e levada adiante, apenas me colocará no lugar que este artigo principia criticando: massificar um projeto para pessoas diferentes.

Acredito que o projeto do álbum tem dado certo, não simplesmente pelo recurso interativo ou diferente de um livro clássico, mas sim por ser pensado especificamente para aquele grupo de alunos a partir da consulta deles e diálogo com outros professores. Isso não quer dizer, claro, que ele não possa ser aplicado enquanto ideia em outros lugares da cidade, ou do país. Esse artigo existe justamente para, com sorte, inspirar outras pessoas a percursos similares. Mas similar não é igual e é isso que é preciso entender sobre o material didático: sem diálogo com a comunidade a qual se dedica, ele provoca pouco, estimula raramente e, talvez, sequer eduque. Livro fechado não tem nada escrito, é preciso resgatar o prazer do jovem de brincar com o conhecimento.

4 Considerações

O uso de recursos didáticos e a elaboração de materiais faz parte da prática cotidiana de qualquer professor. No Ensino Médio, em especial no 3º Ano, esse perfil de professor criador fica um pouco mais limitado, tendo em vista a perspectiva de pressão social que a última etapa do ensino tem sobre quem ensina a alunos interessados em realizar o Exame Nacional do Ensino Médio.

Por isso, hoje, sobretudo em redes particulares, mas não exclusivamente nelas, tem se naturalizado a aquisição de “sistemas de ensino” que são ofertados na escola com uma porção de vantagens econômicas e acesso a plataformas de simulados e, claro, material didático pronto para o professor aplicar, inclusive, indicando semanalmente em que ponto ele deve estar em cada conteúdo – o que, por si só, já é distópico por impor a docentes e discentes de um país hiper plural que expectativas de aprendizagem sejam alcançadas com datas marcadas.

Não raro, por isso, professores são cobrados por não estarem usando o material adotado, o que intensifica a possibilidade de criar um ensino mais personalizado – algo que, ainda quando há suporte e apoio da instituição, encontra outro entrave: quem preparou esse professor para criar?

Neste artigo, o autor professor de Redação, ao cursar Design, conseguiu levar parte do que

tem aprendido para o espaço escolar, mas isso aconteceu mais por coincidência de sua trajetória profissional, do que por preparo e motivação para isso. Nesse sentido, este artigo serve não só para analisar um projeto que une Design e Educação, mas também para questionar quais passos esses campos de atuação podem dar para que ideias assim não sejam pontuais ou experimentais, mas sim a práxis do espaço educacional.

A criação do livro desde a imprensa de Gutenberg, sem dúvida, foi uma grande revolução para a história da humanidade. Entretanto, é importante lembrar, que pequenas revoluções também são cruciais de acontecerem dia a dia para que demos passos adiante na produção de ideias e na construção de uma sociedade crítica, é tempo do livro ser mais do que letra timbrada. Qual o próximo passo para o conhecimento?

5 Referências

BRASIL, Enem Redação 2019. Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Módulo 04: Competência 02**, 2019. Brasília, DF.

FERNANDES, Giselle. Livros de Redação no Brasil: o começo de uma história. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal de São Paulo/2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Editora Paz e Terra 23ª Reimpressão. 1994 SP/SP.

Lacerda, D. P.; Dresch, A. Proença, A. Antunes Junior, J. A. Design Science Research: método de pesquisa para a engenharia de produção. In: **Gest. Prod.**, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 741-761, 2013.

PIMENTEL, Mariano *et al.* Design Science Research: pesquisa científica atrelada ao design de artefatos. In: **Re@d**. Volume 3, Número 01. Março/Abril 2020.

SCHMIDT, Sarah. Os primeiros livros didáticos. In: **Revista Pesquisa Fapesp**. Edição 305. Julho de 2021. São Paulo/SP. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/os-primeiros-livros-didaticos>
Acesso em: jul. 2024.